

Alexandre Freitas Câmara

O NOVO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

© 2015 by Editora Atlas S.A.



Capa: Leonardo Hermano
Composição: Set-up Time Artes Gráficas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Câmara, Alexandre Freitas
O novo processo civil brasileiro / Alexandre Freitas Câmara.
– São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia.
ISBN 978-85-97-00206-5
ISBN 978-85-97-00207-2 (PDF)

1. Processo civil 2. Processo civil – Brasil I. Título.

15-06237
CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático:

- 1. Brasil : Direito processual 347.9(81)
- 2. Brasil : Processo civil 347.9(81)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

“Cesse tudo o que a Musa antiga canta,
Que outro valor mais alto se alevanta.”

Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Canto I

“According to Darwin’s *Origin of Species*, it is not the most intellectual of the species that survives; it is not the strongest that survives; but the species that survives is the one that is able best to adapt and adjust to the changing environment in which it finds itself.”

Leon C. Megginson, *Lessons from Europe for American Business*. In: *Southwestern Social Science Quarterly* (1963) 44 (1), p. 4

SUMÁRIO

Prefácio, xv

Nota explicativa, xix

Introdução, 1

Parte Geral, 4

1 Normas fundamentais do Processo Civil, 5

2 Aplicação das normas processuais, 19

3 Institutos fundamentais do Direito Processual, 23

3.1 Processo, 23

3.2 Jurisdição, 30

3.3 Ação, 34

4 Limites da jurisdição nacional e cooperação judiciária internacional, 41

4.1 Competência Internacional, 41

4.2 Cooperação Internacional, 43

5 Competência, 47

6 Cooperação nacional, 57

7 Sujeitos do processo, 61

7.1 Partes e Procuradores, 61

7.1.1 Capacidade Processual, 61

7.1.2 Deveres das Partes e dos Procuradores, 65

7.1.2.1 Responsabilidade processual civil, 66

7.1.2.2 Despesas processuais, honorários
advocatícios e multas, 68

7.1.2.3 Gratuidade de justiça, 74

7.2 Procuradores, 77

7.3 Sucessão das Partes e dos Procuradores, 79

7.4 Litisconsórcio, 80

- 7.5 Intervenção de Terceiros, 86
 - 7.5.1 Assistência, 87
 - 7.5.2 Denúnciação da Lide, 90
 - 7.5.3 Chamamento ao Processo, 94
 - 7.5.4 Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica, 95
 - 7.5.5 Intervenção do *Amicus Curiae*, 106
 - 7.5.6 Juiz e Auxiliares da Justiça, 109
 - 7.5.6.1 Poderes, deveres e responsabilidade do juiz, 109
 - 7.5.6.2 Impedimento e suspeição, 111
 - 7.5.6.3 Auxiliares da justiça, 114
 - 7.6 Ministério Público, 121
 - 7.7 Advocacia Pública, 122
 - 7.8 Defensoria Pública, 122
- 8 Dos atos processuais, 125**
- 8.1 Atos e Negócios Processuais em Geral, 125
 - 8.2 Atos das Partes, 132
 - 8.3 Pronunciamentos do Juiz, 132
 - 8.4 Atos do Escrivão ou Chefe de Secretaria, 135
 - 8.5 Tempo e Lugar dos Atos Processuais, 135
 - 8.6 Prazos Processuais, 137
 - 8.7 Comunicação dos Atos Processuais, 141
 - 8.7.1 Citação, 141
 - 8.7.2 Intimações, 147
 - 8.7.3 Cartas, 149
 - 8.8 Invalidez do Ato Processual, 150
 - 8.9 Distribuição e Registro, 154
 - 8.10 Valor da Causa, 155
- 9 Tutela provisória, 157**
- 9.1 Tutela de Urgência, 158
 - 9.2 Tutela da Evidência, 169
- 10 Formação, suspensão e extinção do processo, 173**
- 10.1 Formação do Processo, 173
 - 10.2 Suspensão do Processo, 175
 - 10.3 Extinção do Processo, 180
- Parte Especial, 182**
- 11 Procedimento comum do processo de conhecimento, 183**
- 11.1 Considerações Iniciais, 183
 - 11.2 Petição Inicial, 187
 - 11.2.1 Pedido, 190
 - 11.2.2 Indeferimento da Petição Inicial, 195

- 11.2.3 Improcedência Liminar do Pedido, 196
- 11.3 Audiência de Conciliação ou de Mediação, 199
- 11.4 Resposta do Réu, 200
 - 11.4.1 Contestação e Revelia, 201
 - 11.4.2 Reconvenção, 206
- 11.5 Providências Preliminares, 208
 - 11.5.1 Especificação de Provas, 209
 - 11.5.2 Réplica, 209
- 11.6 Julgamento Conforme o Estado do Processo, 210
 - 11.6.1 Extinção do Processo, 210
 - 11.6.2 Julgamento Antecipado (Total ou Parcial) do Mérito, 211
 - 11.6.3 Saneamento e Organização do Processo, 213
- 12 Audiência de instrução e julgamento, 217**
- 13 Direito probatório, 221**
 - 13.1 Teoria Geral da Prova, 221
 - 13.1.1 Conceito de Prova, 221
 - 13.1.2 Objeto da Prova, 222
 - 13.1.3 Destinatários da Prova, 224
 - 13.1.4 Ônus da Prova, 229
 - 13.1.5 Meios de Prova, 233
 - 13.1.6 Prova Emprestada, 235
 - 13.2 Demandas Probatórias Autônomas, 236
 - 13.3 Ata Notarial, 239
 - 13.4 Depoimento Pessoal, 240
 - 13.5 Confissão, 242
 - 13.6 Exibição de Documento ou Coisa, 243
 - 13.7 Prova Documental, 245
 - 13.7.1 Documentos Eletrônicos, 250
 - 13.8 Prova Testemunhal, 251
 - 13.9 Prova Pericial, 256
 - 13.10 Inspeção Judicial, 260
- 14 Sentença, 263**
 - 14.1 Conceito, 263
 - 14.2 Sentenças Terminativas e Definitivas, 265
 - 14.3 Elementos, 273
 - 14.3.1 Relatório, 274
 - 14.3.2 Fundamentação, 274
 - 14.3.3 Dispositivo, 282
 - 14.4 Interpretação da Sentença, 284
 - 14.5 Classificação da Sentença Definitiva, 285

- 15 Remessa necessária, 295**
- 16 Estabilização, preclusão e coisa julgada, 299**
 - 16.1 Estabilização, 299
 - 16.2 Preclusão, 301
 - 16.3 Coisa Julgada, 303
 - 16.3.1 Coisa Julgada Formal e Coisa Julgada Material, 304
 - 16.3.2 Limites Objetivos da Coisa Julgada, 306
 - 16.3.3 Limites Subjetivos da Coisa Julgada, 310
 - 16.3.4 Coisa Julgada nas Sentenças Determinativas, 312
- 17 Teoria geral da execução, 315**
 - 17.1 Execução em Geral, 315
 - 17.2 Partes no Procedimento Executivo, 319
 - 17.3 Competência, 319
 - 17.4 Requisitos Necessários para Realizar qualquer Execução, 321
 - 17.4.1 Título Executivo, 322
 - 17.4.1.1 Títulos Executivos Judiciais, 324
 - 17.4.1.2 Títulos Executivos Extrajudiciais, 330
 - 17.5 Responsabilidade Patrimonial, 337
 - 17.5.1 Alienações Fraudulentas, 339
 - 17.5.2 Bens Impenhoráveis, 345
- 18 Liquidação de sentença, 351**
- 19 Cumprimento de sentença, 357**
 - 19.1 Disposições Gerais, 357
 - 19.2 Cumprimento de Sentença no Caso de Obrigação Pecuniária, 359
 - 19.2.1 Cumprimento Provisório, 359
 - 19.2.2 Cumprimento Definitivo, 361
 - 19.2.3 Cumprimento da Sentença no Caso de Prestação Alimentícia, 364
 - 19.2.4 Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública, 367
 - 19.3 Cumprimento da Sentença no Caso de Obrigação de Fazer, Não Fazer ou Entregar Coisa, 367
- 20 Espécies de execução fundadas em título extrajudicial, 371**
 - 20.1 Disposições Gerais, 371
 - 20.2 Execução para Entrega de Coisa, 373
 - 20.3 Execução das Obrigações de Fazer e de Não Fazer, 375
 - 20.4 Execução por Quantia Certa, 377
 - 20.4.1 Disposições Gerais, 377
 - 20.4.2 Citação e Arresto, 378
 - 20.4.3 Penhora, Depósito e Avaliação, 379

- 20.4.3.1 Modificações da Penhora, 383
- 20.4.3.2 Penhora de Dinheiro, 384
- 20.4.3.3 Penhora de Créditos, 385
- 20.4.3.4 Penhora de Quotas ou Ações de Sociedades Personificadas, 386
- 20.4.3.5 Penhora de Empresa, de Outros Estabelecimentos e de Semoventes, 387
- 20.4.3.6 Penhora de Percentual de Faturamento de Empresa, 388
- 20.4.3.7 Penhora de Frutos e Rendimentos de Bens, 388
- 20.4.3.8 Avaliação, 389
- 20.4.4 Expropriação de Bens, 391
 - 20.4.4.1 Adjudicação, 391
 - 20.4.4.2 Alienação, 394
- 20.4.5 Satisfação do Crédito, 401
- 20.5 Execução Contra a Fazenda Pública, 403
- 20.6 Execução de Alimentos, 403

- 21 Defesas do executado, 405**
 - 21.1 Impugnação ao Cumprimento de Sentença, 405
 - 21.2 Embargos do Executado, 411

- 22 Suspensão e extinção do processo de execução, 419**
 - 22.1 Suspensão, 419
 - 22.2 Extinção, 422

- 23 Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais, 425**
 - 23.1 Precedentes Judiciais, 425
 - 23.2 Ordem dos Processos nos Tribunais, 443
 - 23.2.1 Poderes do Relator, 448
 - 23.3 Incidente de Assunção de Competência, 452
 - 23.4 Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade, 454
 - 23.5 Conflito de Competência, 456
 - 23.6 Homologação de Decisão Estrangeira e Concessão de *Exequatur* à Carta Rogatória, 459
 - 23.7 Ação Rescisória, 463
 - 23.8 Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, 476
 - 23.9 Reclamação, 485
 - 23.10 Recursos, 488
 - 23.10.1 Teoria Geral dos Recursos, 488
 - 23.10.2 Recursos em Espécie, 507
 - 23.10.2.1 Apelação, 508
 - 23.10.2.2 Agravo de Instrumento, 520

- 23.10.2.3 Agravo Interno, 528
- 23.10.2.4 Embargos de Declaração, 529
- 23.10.2.5 Recursos para o STF e para o STJ, 535
 - 23.10.2.5.1 Recurso Ordinário Constitucional, 535
 - 23.10.2.5.2 Recurso Extraordinário e Recurso Especial, 537
 - 23.10.2.5.2.1 Julgamento de Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos, 548
 - 23.10.2.5.3 Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário, 555
 - 23.10.2.5.4 Embargos de Divergência, 558